Por essa razão nunca poderia proceder a sua alegação de justo impedimento, que neste momento não é tempestiva.

Quanto ao restante fundamento da reclamação, verifica-se que o requerente foi notificado nos termos do despacho a fl. 46 para no prazo de três dias suprir irregularidade consistente na falta nas declarações de candidatura da indicação de concordância com o mandatário indicado na lista em conformidade com o disposto no artigo 23.º, n.º 3, da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais.

Tal como refere o reclamante, verifica-se que essa concordância resulta porém expressa nas declarações de apresentação de candidatura também subscritas pelos candidatos, à excepção do que se refere à candidatura efectiva indicada em segundo lugar, Maria Emília Serrão Massena Santos.

Relativamente a esta mantinha pertinência o cumprimento do despacho citado, e efectivamente verifica-se que não o foi em tempo útil.

Compulsado o disposto nos artigos 26.º, 27.º e 29.º da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, não se vislumbra que nesta fase de reclamação possa dar-se relevância ao suprimento de irregularidades tardiamente efectuado.

Nestes termos decide-se rejeitar a reclamação apresentada.»

No dia 1 de Setembro, pelas 15 horas e 30 minutos, foi publicada a relação das listas admitidas, nos termos do n.º 5 do artigo 29.º da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais (cf. fl. 274).

2 — Em 5 de Setembro, deu entrada no Tribunal Constitucional, primeiro por telecópia (cf. fl. 288) e depois por via postal (cf. fl. 293), recurso do despacho de 1 de Setembro, a fl. 271, que indeferiu a reclamação, com as seguintes conclusões:

«I — O recorrente padeceu de doença incapacitante nos dias 20 a 23 de Agosto, o que não lhe permitiu cumprir o prazo para a entrega do suprimento dos vícios da lista do MIFT;

II — Alegou justo impedimento que foi rejeitado de forma ilegal, pois o CPC é aplicável ao processo eleitoral, e não existe qualquer disposição que obrigue à alegação do justo impedimento simultaneamente à prática do acto;

III — Deveria o justo impedimento ter sido deferido, aceitando-se a prática do acto fora de prazo e consequentemente ter sido aceite a lista, o que se requer neste momento, em substituição ao douto despacho recorrido;

IV — 14 dos 15 elementos que compõem a lista aceitaram o mandatário, o que seria de conhecimento officioso;

V — Tendo sido reconhecido tal facto no douto despacho recorrido, deveria o juiz do tribunal *a quo* ter aceite a lista com exclusão da candidata não proponente, reajustando os demais;

VI — Por aplicação analógica do disposto no n.º 2 do artigo 27.º da LEOAL, o que, em alternativa, se requer, sendo o despacho recorrido substituído nesta parte, aceitando-se a lista do MIFT, devidamente reajustada com a exclusão da aludida candidata.»

O recurso foi admitido por despacho de 8 de Setembro, a fl. 305.

3 — O recurso foi interposto por quem tem legitimidade e de uma «decisão final relativa à apresentação de candidaturas», ou seja, da decisão que indeferiu a reclamação contra a rejeição da lista apresentada pelo MIFT (artigos 29.º, n.º 1, 31.º, n.º 1, e 32.º da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais).

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 31.º da lei eleitoral, o prazo para a interposição de recurso para o Tribunal Constitucional é de «quarenta e oito horas a contar da afixação das listas a que se refere o n.º 5 do artigo 29.º»

Verifica-se, assim, que o presente recurso é intempestivo.

Com efeito, contrariamente a outros prazos fixados na mesma lei, o prazo de interposição de recurso é fixado em horas — quarenta e oito horas, como se viu —, contando-se não em dias mas hora a hora.

Não tem aqui naturalmente aplicação a regra constante da alínea d) do artigo 279.º do Código Civil, desde logo por não existir qualquer dúvida que legitime a aplicação de tal regime (cf. o corpo do artigo) e, além disso, pela celeridade com que o processo eleitoral tem de decorrer.

Sendo dia 3 de Setembro sábado, estando portanto o Tribunal encerrado, o termo do prazo transferiu-se para a hora legal de abertura da respectiva Secretaria no dia 5 de Setembro (artigos 231.º, da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, e 144.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Processo Civil, aplicados a um prazo de horas). Ora, conforme nela está registado, a telecópia foi enviada às 16 horas e 40 minutos, ou seja, depois de terminado o prazo de interposição de recurso.

Isto mesmo já teve o Tribunal Constitucional, aliás, a oportunidade de afirmar por várias vezes, como se pode verificar, por exemplo, nos seus Acórdãos n.ºs 689/97, 693/97, 698/97, 701/97, 1/98 ou 6/98 e na jurisprudência nele indicada (publicados no *Diário da República*, 2.ª série, respectivamente de 9, 12, 14 e 15 de Janeiro de 1997 e 9 e 10 de Fevereiro de 1998), e 510/2001 (*Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Dezembro de 2001) e, recentemente, no Acórdão n.º 439/2005, ainda inédito.

4 — A terminar, acrescenta-se que não pode ser considerada a data em que foi efectuado o registo postal do exemplar do requerimento de interposição de recurso enviado pelo correio. Como se escreveu, por exemplo, no Acórdão, citado, n.º 510/2001, «a natureza específica destes recursos, diversas vezes apontada pelo Tribunal Constitucional, que tem assinalado tratar-se de ‘actos urgentes cuja decisão não admite quaisquer delongas, uma vez que o seu processamento implicaria, com toda a probabilidade, a perturbação do processamento dos actos eleitorais, todos estes sujeitos a prazos improrrogáveis’ (Acórdão n.º 585/89, in *Acórdãos do Tribunal Constitucional*, 14.º vol., p. 549), eventualmente aliada à circunstância de o prazo ser fixado em horas, torna inaplicável ao contencioso de apresentação de candidaturas o regime previsto na» actual alínea b) do n.º 2 do artigo 150.º do Código de Processo Civil, que considera o acto a praticar em tribunal como tendo sido realizado no dia do registo postal.

Nestes termos, decide-se não conhecer do recurso, por intempestividade.

Lisboa, 16 de Setembro de 2005. — *Maria dos Prazeres Beleza* (relatora) — *Maria Helena Brito* — *Paulo Mota Pinto* — *Pamplona de Oliveira* — *Maria João Antunes* — *Maria Fernanda Palma* — *Mário Torres* — *Vitor Gomes* — *Benjamim Rodrigues* — *Rui Moura Ramos* — *Gil Galvão* — *Bravo Serra* — *Artur Maurício*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

Despacho n.º 22 103/2005 (2.ª série):

Odete Cláudia Santos de Moura Brito, técnica de justiça auxiliar do Tribunal da Comarca de Oeiras — Ministério Público — requisitada, após comunicação à directora-geral da Administração da Justiça, para o Tribunal da Relação de Coimbra, com efeitos a partir de 17 de Outubro de 2005.

10 de Outubro de 2005. — O Presidente da Relação, *Carlos Manuel Gaspar Leitão*.

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Despacho (extracto) n.º 22 104/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Supremo Tribunal Administrativo de 11 de Outubro de 2005:

António da Silva Malheiro, auxiliar de acção educativa do quadro de pessoal da Escola Secundária Augusto Cabrita, requisitado no Supremo Tribunal Administrativo desde 11 de Outubro de 2004 — reclassificado profissional e definitivamente como auxiliar administrativo (escalão 8, índice 214), com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2005, inclusive, ocupando lugar vago do quadro de pessoal do Supremo Tribunal Administrativo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado).

Sónia Alexandra Gonçalves Gaspar, auxiliar de acção educativa do quadro de pessoal da Escola Secundária Padre Augusto Neto, requisitada no Supremo Tribunal Administrativo desde 11 de Outubro de 2004 — reclassificada profissional e definitivamente como auxiliar administrativa (escalão 5, índice 170), com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2005, inclusive, ocupando lugar vago do quadro de pessoal do Supremo Tribunal Administrativo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado).

11 de Outubro de 2005. — O Administrador, *Rogério Paulo Martins Pereira*.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Aviso n.º 9226/2005 (2.ª série). — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 26 de Setembro de 2005, foi determinado o preenchimento de vagas de juiz da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo, ao abrigo das disposições legais aplicáveis, designadamente dos arti-

gos 61.º, n.ºs 1 e 2, 65.º, alíneas a) a c), 66.º e 67.º do ETAF, nos seguintes termos:

1 — O provimento das vagas a preencher é feito, tendo em conta as quotas previstas no artigo 67.º do ETAF:

- Por transferência de juizes de outra secção do Supremo Tribunal Administrativo;
- Por nomeação de juizes do Supremo Tribunal de Justiça, a título definitivo ou em comissão permanente de serviço;
- Por concurso.

2 — Ao concurso para juiz da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo podem candidatar-se:

- Juizes dos tribunais centrais administrativos com cinco anos de serviço nesses tribunais;
- Juizes dos tribunais da Relação que tenham exercido funções na jurisdição administrativa e fiscal durante cinco anos;
- Procuradores-gerais-adjuntos com 10 anos de serviço, 5 dos quais junto da jurisdição administrativa e fiscal, no Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República ou em auditorias jurídicas;
- Juristas com pelo menos 10 anos de comprovada experiência profissional na área do direito público, nomeadamente através do exercício de funções públicas, da advocacia, da docência no ensino superior ou da investigação, ou ao serviço da Administração Pública.

3 — O prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso e o prazo de validade do concurso é de um ano, prorrogável até seis meses.

4 — As candidaturas, redigidas em papel normalizado, devem ser dirigidas ao presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, com a identificação do interessado/candidato (nome completo e lugar que ocupa) e a indicação precisa da sua residência e do local, se outro preferir, para receber quaisquer notificações, e serem apresentadas pessoalmente na Secretaria do referido Conselho, Rua de São Pedro de Alcântara, 79, 1269-137 Lisboa, ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção.

5 — Os requerimentos devem ser acompanhados:

- De documentos comprovativos da categoria dos candidatos e da classificação e do tempo de serviço;
- De documentos que os concorrentes queiram apresentar para efeitos de graduação, que será baseada na ponderação global dos seguintes factores:

Classificações de serviço na magistratura, da antiguidade e da graduação obtida em concursos;
Currículo universitário e pós-universitário;
Trabalhos científicos ou profissionais;
Actividade desenvolvida no foro, no ensino jurídico ou na Administração Pública;
Mérito profissional, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
Outros elementos relevantes que respeitem à preparação específica, idoneidade e capacidade dos candidatos para o cargo.

6 — Serão preenchidas as vagas que o Conselho entenda dever preencher de acordo com as necessidades de serviço.

7 — A afixação das listas terá lugar na Secretaria do Conselho.

11 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Despacho n.º 22 105/2005 (2.ª série). — Por despachos do secretário da Procuradoria-Geral da República de 11 de Outubro de 2005:

Maria Beatriz Barbosa Ferreira, assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, remunerada pelo escalão 3, índice 244 — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa especialista do mesmo quadro de pessoal, posicionada no escalão 1, índice 269.

António Miguel Santos Peixoto, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, remunerado pelo escalão 1, índice 269 — nomeado, precedendo concurso, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, posicionado nos mesmos escalão e índice.

Maria Manuela Rosa Pais, assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, remunerada pelo escalão 2, índice 233 — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa especialista do mesmo quadro de pessoal, posicionada no escalão 1, índice 269.

Etelvina Barreira Vilarouso Bravo, assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, remunerada pelo escalão 2, índice 233 — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa especialista do mesmo quadro de pessoal, posicionada no escalão 1, índice 269.

Ana Maria Dias Tavares Madeira, assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, remunerada pelo escalão 2, índice 233 — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa especialista do mesmo quadro de pessoal, posicionada no escalão 1, índice 269.

Maria Margarida Gouveia Moreira, assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, remunerada pelo escalão 2, índice 233 — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa especialista do mesmo quadro de pessoal, posicionada no escalão 1, índice 269.

João Cabaço Ferreirinho, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, remunerado pelo escalão 4, índice 316 — nomeado, precedendo concurso, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, posicionado no mesmo escalão e índice.

12 de Outubro de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Adélia Saraiva do Nascimento Diniz*.

ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Louvor n.º 1390/2005. — O plenário da Alta Autoridade para a Comunicação Social, reunido no dia 6 de Outubro de 2005, deliberou por unanimidade louvar publicamente a funcionária Albertina Farinha da Fonte, por ocasião da sua aposentação, pela competência profissional, dedicação, eficiência e capacidade de iniciativa, bem como pela lealdade, frontalidade e dignidade, com que sempre desempenhou as suas funções, nomeadamente na Comissão de Sondagens de Opinião.

6 de Outubro de 2005. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível.*)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Departamento Académico

Despacho n.º 22 106/2005 (2.ª série). — Sob proposta da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, foi, pela deliberação do senado n.º 51/2004, de 7 de Dezembro, aprovado o seguinte:

Embora a designação da actual licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física tenha sido alterada para licenciatura em Educação Física, os estudantes que se inscreveram no primeiro ano, pela primeira vez, na licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física, terão direito a certidão e diploma final de curso onde conste o nome «Licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física».

Este regime transitório vigorará até 2009-2010, inclusive.

Os estudantes que não tenham concluído a licenciatura até essa data e pretendam dar continuidade aos seus estudos ingressarão, obrigatoriamente e de acordo com a tabela de correspondência, numa das licenciaturas oferecidas pela Faculdade.

3 de Outubro de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Reitoria

Deliberação n.º 1396/2005. — Por deliberação do senado universitário, submetida a registo nos termos legais, o curso de licenciatura em Arquitectura, criado pela deliberação n.º 1052/2001, publicada